

 PTI Parque Tecnológico Itaipu	ORDEM DE SERVIÇO		Ordem de Serviço Nº	
			Data Expedição: ____/____/____	
			Processo Nº 471/2018	
FORNECEDOR:			CNPJ:	
Endereço:				
Cidade:		UF:	CEP:	
Fone:		Email:		
Fax:				

1. A Fundação Parque Tecnológico Itaipu requer a prestação dos serviços abaixo relacionados, em conformidade com as disposições a seguir:

LOTE XX	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	01					

(...)

2. DO OBJETO

2.1 Prestação de serviços técnicos especializados de revisão ortográfica e gramatical, padronização de linguagem e preparação de originais de publicações, de texto integral, visando atender a Fundação Parque Tecnológico Itaipu Brasil.

3. DA ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços deverão ser prestados conforme especificado no Termo de Referência.

4. DO LOCAL E PRAZOS

4.1 A entrega da versão digital do documento revisado pode ser realizada assim que finalizada, respeitando a produtividade mínima de 1000 palavras por dia útil, a contar do recebimento desta Ordem de Serviço.

4.2 A entrega da versão impressa do documento revisado deverá ser realizada em dia útil, em

até 5 dias úteis após o envio do arquivo digital, das 08:00 até às 17:00, sendo prorrogado o prazo previsto para o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em feriado, em dia em que não há expediente no âmbito do contratante ou em dia em que o expediente é encerrado antes do horário normal.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1 DA CONTRATANTE

5.1.1 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem executados.

5.1.2 Solicitar os serviços via correio eletrônico ou fax, informando claramente o prazo de entrega.

5.1.3 Orientar a execução dos serviços contratados, quanto aos critérios de prioridade, qualidade e condições dos trabalhos, bem como conferir e atestar a prestação dos serviços.

5.1.4 Prestar os esclarecimentos solicitados pela contratada, atinentes ao objeto do presente instrumento.

5.1.5 Supervisionar a execução dos serviços.

5.1.7 Notificar, por escrito, a contratada na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.1.8 Solicitar substituição de profissionais que, ao seu critério forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.

5.1.9 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

5.1.10 A Fundação PTI-BR não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com Terceiros, ainda que vinculados à execução do presente credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2 DA CONTRATADA

5.2.1 Realizar a prestação dos serviços, de acordo com o termo de referência e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao FPTI-BR, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados;

5.2.2 Efetuar a execução do objeto da contratação, dentro dos parâmetros e prazos estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

5.2.3 Responder pelos danos causados diretamente ao FPTI-BR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração da FPTI-BR.

5.2.4 Comunicar à FPTI-BR no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de

vencimento da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitam o seu cumprimento;

5.2.5 Manter durante a vigência do edital de credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.2.6 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto deste Edital, sem prévia autorização da FPTI-BR;

5.2.7 Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela FPTI-BR;

5.2.8 Iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento da ordem de serviço;

5.2.9 Garantir a fiel execução da ordem de serviço, realizando regularmente o objeto da presente ordem de serviços;

5.2.10 Entregar a revisão ortográfica e gramatical em documento digital no e-mail repassado pela contratante e também, quando solicitado, em documento impresso, respeitando o prazo de revisão ortográfica de entrega disposto em cláusula deste termo de referência, que corresponde a produtividade mínima de 1000 palavras por dia útil, a contar do recebimento da solicitação pela parte requisitante.

5.2.11 Resguardar o sigilo das informações contidas nos documentos, sob pena da aplicação das penalidades legais cabíveis;

5.2.12 Corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior à metade do previsto originalmente, os serviços executados com vícios ou recusados pela Contratante, decorrentes de culpa da Contratada, inclusive por emprego de mão de obra, pelos acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nos serviços recebidos pela Contratante, mas cujas irregularidades venham a surgir dentro do prazo de recebimento provisório e definitivo;

5.2.13 Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros.

5.2.14 Não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que tenha a ser disponível;

5.2.15 Não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

5.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto;

5.2.17 Nos preços deverão estar incluídos todas as obrigações e encargos, enfim, todos os custos decorrentes da contratação, inclusive despesas de transportes e estadia em Foz do Iguaçu, bem como todas as despesas com alimentação, transporte, pedágio e seguro de vida quando necessário, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à Fundação PTI-BR qualquer despesa adicional.

6. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 A FPTI-BR pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços objeto deste instrumento a importância total de R\$ **XX.XXX,XX (XXXX reais)**, conforme valores estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 029/2018.

6.2 O pagamento da prestação de serviços será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do aceite do documento fiscal, desde que o(s) objeto(s) esteja(m) em conformidade com o solicitado pela FPTI-BR.

6.2.1 O aceite do documento fiscal consiste na validação da Nota Fiscal, observados os dados cadastrais, retenções de tributos e contribuições quando aplicáveis, e compatibilidade da CNAE – Classificação Nacional de Atividade Econômica, com o objeto contratado.

6.2.2 A nota fiscal somente deverá ser emitida após a aprovação, por parte da FPTI-BR, do(s) seguinte(s) documento(s):

- 1) A "Ordem de Serviço" emitido pela FPTI;
- 2) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADA;
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 5) Certidão do Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS);
- 6) Correspondência com a solicitação do respectivo pagamento, relativo a realização dos serviços executados;

6.3 A remuneração da contratada será efetuada **exclusivamente** sobre dos serviços prestados, conforme tabela estabelecida no item 5 do edital, sendo vedada a cobrança de qualquer sobretaxa.

6.4 O pagamento dos serviços estão condicionados às entregas das solicitações dos mesmo (pela CONTRATADA), a aprovação pela FPTI-BR do fornecimento e serviços realizados, a entrega da documentação completa exigida para liberação do pagamento conforme prazos e condições a serem firmados em contrato;

6.5 Quando a CONTRATADA for optante do SIMPLES NACIONAL, for isento ou imune, deverá entregar junto com o documento fiscal, a declaração correspondente ao enquadramento e o respectivo anexo, quando aplicável.

6.6 Os documentos fiscais deverão ser preenchidos em nome da Fundação Parque Tecnológico Itaipu – BR, CNPJ 07.769.688/0001-18, com natureza jurídica de entidade privada sem fins lucrativos, inscrição Municipal 36.687, Não Contribuinte de ICMS, endereço Avenida Tancredo Neves nº 6731, CEP 85.867-900, Bairro Itaipu, Foz do Iguaçu (PR);

6.6.1 Os documentos fiscais deverão constar o número do pedido de compras, a descrição objetiva e clara dos serviços prestados, o local da prestação dos serviços quando ocorrer fora do município de Foz do Iguaçu/PR e o destaque das retenções de Tributos, quando aplicáveis.

6.6.2 Todos os documentos fiscais eletrônicos devem ser enviados para o e-mail: nfeletronica@pti.org.br e as Notas Fiscais manuais devem ser enviadas para a área de recebimento.

6.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção de tributos, conforme legislação vigente:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB n o 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

II - Contribuição social previdenciária, na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital;

IV - Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

6.8 A CONTRATADA quando da formalização de seu requerimento de credenciamento assumirá a responsabilidade de fazê-la com inclusão de todas as obrigações e encargos, ou seja, todos os custos incidentes para a consecução do objeto contratado, não podendo ser atribuída à FPTI-BR nenhuma despesa adicional, a qualquer título.

6.9 Caso a CONTRATADA não apresente a documentação completa exigida para liberação do pagamento da nota fiscal/fatura no prazo estabelecido, o respectivo pagamento dos serviços somente ocorrerá a 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação formal, pela CONTRATADA à FPTI-BR, dos respectivos documentos faltantes.

6.10 A FPTI-BR poderá, a seu critério, deduzir dos pagamentos devidos à CONTRATADA, valores cobrados pela mesma sem o devido respaldo contratual ou resultantes de multas ou qualquer outro débito da CONTRATADA decorrente dos compromissos assumidos neste Contrato.

6.11 No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a FPTI-BR deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente.

7. PENALIDADES

7.1 São consideradas infrações graves para fins do presente edital:

- a) apresentação de documento falso;
- b) qualquer ato que frustre ou fraude, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- c) a má-fé na relação contratual;
- d) inexecução total de qualquer das obrigações assumidas;
- e) não pagamento pelo PRESTADOR, das verbas trabalhistas;
- f) inadimplemento fiscal e previdenciário;

7.2 Para toda e qualquer ofensa a deveres contratuais, poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR, sem prejuízos da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

I - Advertência para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

II - Multa Moratória equivalente a 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor da Ordem de Serviços, **por dia de atraso.**

III - Multa Compensatória de 10% (dez por cento) do valor da Ordem de Serviços, no caso de inexecução total do contrato ou por ato que frustre ou fraude a licitação, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FPTI-BR, por até 5 (cinco) anos.

7.2.1 Às infrações, independentemente de sua gravidade, poderão ser aplicadas de modo cumulativo, mais de uma penalidade, sem prejuízo da eventual rescisão contratual sem o direito a indenização.

7.3 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a FPTI-BR, nos termos do art. 157 do RELC:

- I) às pessoas físicas integrantes do quadro societário da pessoa jurídica

independentemente de nova pessoa jurídica que vieram a criar ou de outra em que figurarem como sócios.

II) às pessoas jurídicas que possuam sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

7.4 A FPTI-BR poderá rescindir a Ordem de Serviços caso o montante correspondente à soma dos valores das multas moratórias ultrapassarem a 10% (dez por cento) do valor total atualizado da Ordem de Serviços.

7.5 Se a multa aplicada não for suficiente a cobrir os prejuízos causados à FPTI-BR, poderá esta, justificadamente, requerer a diferença a que tem direito.

7.6 As sanções de advertência e suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a FPTI-BR, por até 5 (cinco) anos poderão ser aplicados juntamente com as sanções de multa, a depender do caso e a sua aplicação, ainda que de forma cumulada, não exime a responsabilidade de indenizar eventuais perdas e danos ocasionados à **FPTI-BR** decorrentes do descumprimento contratual e/ou obrigação editalícia.

7.7 A multa não será aplicada caso o fato gerador em que incorreu ao FORNECEDOR tenha sido consequência de motivo de força maior ou caso fortuito.

7.8 A FPTI-BR reserva-se o direito de deduzir dos valores devidos ao FORNECEDOR as multas aplicadas e a importância necessária ao ressarcimento de danos e/ou prejuízos, que esta causar à FPTI-BR ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.9 As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem nenhuma outra prevista em lei, nem a responsabilidade do FORNECEDOR por perdas e danos que causar à FPTI-BR.

7.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

7.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se O art. 160 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil - RELC.

7.12 O FORNECEDOR poderá interpor defesa e apresentar e/ou requerer a produção de provas, conforme o caso.

7.12.1 O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis, devidamente instruído, e apresentado ao Diretor Superintendente da FPTI-BR, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido. O recurso será julgado pelo Conselho Diretor da FPTI-BR. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato.

7.13 A não ocorrência das penalidades acima referidas, não impede que a FPTI-BR rescinda unilateralmente o Contrato.

7.14 Na aplicação das sanções deverão ser considerados os danos resultantes da infração, situação econômica-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza, bem como a outras circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes em face do caso concreto, observado o princípio da razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação, art. 158 do RELC.

7.15 No caso de atraso do pagamento por parte da FPTI-BR, a CONTRATADA poderá exigir as penalidades a seguir:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela pendente.
- b) Juros de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da parcela pendente.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 Os recursos financeiros previstos para atender as despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta da Área de _____, centro de custos _____, fonte de recursos _____ e natureza orçamentária _____.

9. DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ORDEM DE SERVIÇOS

9.1 O presente documento é regido pelas cláusulas e condições nele contidas pelas condições contidas no Edital e Termo de Referência, constituem parte integrante deste instrumento contratual, independentemente de transcrição.

ÁREA SOLICITANTE	
GESTOR DO CONTRATO	
Outras informações que a FPTI-BR julgar necessárias	

**NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
PELA ÁREA SOLICITANTE**